

**DO CAPITALISMO LIBERAL AO NEOLIBERAL: OS IMPACTOS DAS
TRANSFORMAÇÕES NO ESTADO E NA EDUCAÇÃO¹**

Maria Núbia de Araújo | nubiabruxa@gmail.com.

Renata Moreira de Souza Róseo | renataroseo@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

Este trabalho foi construído com base nos textos lidos e debatidos em sala de aula, na disciplina Política e Planejamento Educacional – I, como requisito para aprovação, os quais abordaram sobre o surgimento do Estado, seu desenvolvimento histórico, suas características e os tipos de Estado no sistema capitalista. Além desses temas, discutiu-se também sobre as políticas públicas sociais, sobretudo, as voltadas para a área da educação e do planejamento educacional, assim como sobre a política de Educação para Todos.

A pesquisa realizada é bibliográfica baseada nas contribuições de Lênin (2005), Saviani (1998), Arce (2001), Horta (1985), Mendes Segundo (2007), Vieira (2001) e nos debates realizados em sala de aula.

I – ESTADO, POLÍTICA SOCIAL E EDUCACIONAL: ELEMENTOS CONCEITUAIS

O Estado é uma construção é histórico-social, pois o seu surgimento se deu paralelamente com o surgimento da propriedade privada a fim de organizar os novos elementos que passaram a compor as relações sociais na época. O seu funcionamento no capitalismo está estruturado na divisão da sociedade de classes, a qual opõe os interesses do capital e do trabalho.

É um órgão responsável pela defesa da propriedade privada, através da manipulação da classe oprimida. Este se utiliza de todo um aparato político, jurídico e administrativo para organizar a sociedade, com base na ideologia do bem comum.

[...] o Estado nasceu da necessidade de refrear os antagonismos de classes, no próprio conflito dessas classes, resulta, em princípio, que o Estado é sempre o Estado da classe mais poderosa, da classe economicamente dominante que também, graças a ele, se torna a classe politicamente dominante e adquire assim, novos meios de oprimir e explorar a classe dominada. (LENIN, 2005, p. 33)

Para amenizar os efeitos gerados pela contradição das relações sociais capitalistas, baseadas na exploração e na dominação da classe trabalhadora, são implementadas, no âmbito do Estado, as políticas sociais, ações referentes às áreas sociais, tais como, saúde, previdência e assistência social, cultura e comunicações e educação, medidas paliativas que caracterizam a sociedade capitalista e compõem os parques investimentos nos campos acima citados.

Essas se encontram subordinadas à política econômica na sociedade capitalista, sendo que a última têm privilégios sobre a primeira. Assim, as políticas sociais, diferentemente de serem encaradas como um investimento no país e uma devolutiva para a população por meio da arrecadação exorbitante de impostos que se paga por ano, são tratadas como custo para o Estado.

Portanto, a política social, que é decorrente do capitalismo, o que a produz contraditoriamente, é implementada no sentido de compensar os efeitos da apropriação privada dos bens produzidos coletivamente e para forjar uma suposta postura do Estado diante das demandas da população, utilizando-se de demagogia para iludir os indivíduos. De acordo com Saviani (1998, p. 4):

As carências de educação, saúde ou segurança são consideradas seja diretamente como custos à medida em que impedem ou retardam ou tornam mais onerosos os investimentos do desenvolvimento econômico, seja como custos para a sociedade que, através do Estado, terá que investir recursos para supri-las. E o Estado submetido a essa lógica, tenderá a atrofiar a política social subordinada, em qualquer circunstância, aos ditames da política econômica.

As políticas educacionais são medidas e ações adotadas pelo governo relativas à educação e se caracterizam como uma modalidades da política social. A educação, assim como as outras áreas sociais, passa pelo mesmo problema, ou seja, ela não é a prioridade nos investimentos destinados pelo governo, assim, a cada ano se reduz o orçamento destinado às políticas sociais.

A inexistência da oferta de uma educação pública, gratuita e de qualidade para todos é consequência da prioridade dada à política econômica, ao invés da política social. Ao passo que os investimentos na área social estarão sempre a mercê da economia e dependerão de vontade política, essa desvantagem constitui uma constante. Nesse sentido, Saviani (1998, p. 127) defende que:

A educação participa dessa luta comum, integrando-se, por essa via, a política educacional no conjunto das políticas sociais. Com efeito, a defesa do ensino público e gratuito e a reivindicação por mais verbas para a educação constituem um aspecto da luta pela valorização da política social em relação à política econômica.

No âmbito da política educacional brasileira, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação da Educação Nacional – LDB 9.394 /1996 constitui atualmente a principal medida para a educação no Brasil, uma vez que nela contém os princípios norteadores das modalidades de ensino e abrange da educação infantil até o ensino superior.

No planejamento educacional, consta o Plano Nacional de Educação (Lei Nº 13.005/14), considerado o principal instrumento, decorrente da LDB, o qual conta com um prazo de execução previsto por dez anos (2014-2024). As metas estabelecidas no plano anterior (2001-2010) não foram suficientes para proporcionar uma educação adequada às necessidades reais da população, pois este só foi elaborado quarenta anos após a primeira LDB de Nº 4.024/1961.

A seguir, verifica-se que em cada fase de desenvolvimento do capitalismo corresponde um tipo de Estado e uma determinada política educacional.

II – DO CAPITALISMO LIBERAL AO CAPITALISMO NEOLIBERAL: AS TRANSFORMAÇÕES E OS SEUS IMPACTOS NO ESTADO E NA EDUCAÇÃO

A criação e o desenvolvimento do Estado Liberal ocorreram na fase concorrencial do capitalismo, a qual é considerada a primeira etapa e o período de consolidação deste sistema, a partir da abrangência do seu modo de produção. Esse processo se deu na segunda metade do século XIX em parte dos países que compõem a Europa Ocidental e a América do Norte, sob

a vigência de uma ideologia jurídico-político das classes dominantes desses países e que perpassavam todas as instituições que compunham essa nova configuração social. Horta (1985, p. 198) explica que:

Todas essas transformações se enfeixam em uma direção comum, favorecendo, sobretudo, um dos grupos sociais e fazendo surgir um novo poder. Este novo poder, para afirmar-se e justificar suas pretensões, estabelece uma série de princípios e categorias, que configuram a ideologia que expressa e justifica o domínio das classes burguesas na sociedade moderna: a ideologia liberal.

O Estado liberal se fundamenta nos princípios do liberalismo político de Locke² que são o individualismo, a liberdade, a igualdade, a propriedade, a segurança etc, ou seja, todas os indivíduos são únicos, livres, têm direitos iguais e podem possuir uma propriedade. Embora, o único capital que os trabalhadores dispõem é somente a sua força de trabalho e estes são a maioria da população mundial.

É importante ressaltar as contradições que o Estado liberal contém na sua estruturação e no entendimento de poder e de mecanismos que se materializa a fim de controlar e manter a ordem política, econômica e sócio-cultural. O campo político está subordinado ao campo econômico.

A educação no Estado liberal é de interesse geral e se constitui como um dever e ao mesmo tempo é considerado um direito de o Estado intervir na educação, com a criação e a manutenção de escolas e o desenvolvimento de uma legislação específica para a educação. Na perspectiva liberal, o foco se concentra no ensino elementar, com a obrigatoriedade escolar, além da função de legitimar a ordem econômica e social vigente.

Contudo, essa escola mantida pelo Estado e defendida pela Revolução Francesa, se bifurcou em duas: uma escola propedêutica, humanista e clássica destinada à elite com um caráter universal, e uma escola profissionalizante, voltada para os filhos dos trabalhadores, portanto, a força de trabalho das fábricas e das indústrias e, posteriormente, o mercado consumidor. A primeira será a escola dos governantes, portanto a mais valorizada.

No final do século XIX, com a articulação política e a tomada de consciência da classe operária, passou-se a denunciar a fraude da doutrina liberal como fundamento de igualdade.

Nos primeiros anos do século XX, essa doutrina entra em colapso junto com a fase concorrencial do capitalismo. Com a crise do sistema capitalista de 1929 e após a Segunda Guerra Mundial, o capitalismo conquista outro modelo de Estado. Nesse momento, o Estado intervencionista proveniente da ideologia Keynesiana defende a intervenção na economia, no mercado consumidor e o controle ideológico dos trabalhadores.

No Brasil, este processo foi diferente, pois a industrialização começou tardiamente, a partir de 1930, com a “eleição” do Getúlio Vargas à presidência da república. Assim, o país passou por uma série de mudanças políticas, econômicas e sociais, com investimentos do capital internacional para acelerar o processo de industrialização, de orientação desenvolvimentista e políticas nacionalistas, consolidando o capitalismo brasileiro. Desse modo, aqui, não foi possível constituir um Estado de Bem-Estar Social.

Como uma forma do Estado intervir na educação, foi criada a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB 4.024, em 1961, e construídas escolas para formar os filhos da elite e outra para formar os filhos dos trabalhadores.

Nesse período, o Brasil vivia o chamado “milagre econômico”, advindo do capital estrangeiro, que apoiava e financiava a ditadura militar. Na área da educação, houve algumas mudanças, resultando na Lei de Nº 5.540/1968 (reforma universitária) e na Lei de Nº 5.692/1971 (a reforma do ensino primário e secundário) com foco na profissionalização do ensino.

Essas leis tiveram um caráter reformista, sobretudo, devido ao período ditatorial pelo qual o país passava. A reforma universitária, por exemplo, contribuiu com o enfraquecimento do movimento estudantil, através da separação das turmas com a implantação do sistema de créditos por disciplinas. Como se pode observar, no Brasil, as reformas educacionais levadas a cabo pelo regime militar tinham como objetivo oferecer instrução limitada a juventude da classe trabalhadora.

Nos países centrais, as políticas sociais contemplam as áreas da saúde, educação, previdência e assistência social, cultura etc. oriundas do Estado do Bem Estar Social, as quais estiveram presentes com caráter universal até por volta de 1970 quando o capitalismo enfrenta nova crise.

Hoje, esta intervenção do Estado na garantia de alguns serviços diminuiu bastante com

a ideologia neoliberal, ao defender o Estado mínimo, como nos fala ARCE (2001, p. 253):

[...] o Estado, enquanto órgão que procura totalizar ações, está fadado ao fracasso e, para que atenda melhor os anseios dos indivíduos, sem privá-los da liberdade, deve ser mínimo, reduzido, deixando que micropoderes localizados exerçam sua função de forma a garantir que cada indivíduo tenha o máximo de liberdade para perseguir seus interesses.

Nas políticas sociais, o neoliberalismo não incentiva o financiamento das políticas públicas com foco na área social, para que o Estado passe a investir somente em ações de cunho assistencialistas, como os programas sociais de combate à pobreza, através da simples transferência de renda. Com a justificativa de igualar as oportunidades, a partir do auxílio proporcionado por esses programas sociais para que os indivíduos se tornem capazes de competir de forma igual no mercado de trabalho.

As diretrizes do neoliberalismo se intensificaram no Brasil na década de 1990, com o então presidente Fernando Collor de Melo, sendo sucedidas por Fernando Henrique Cardoso. Com a ideia de modernização e globalização do Brasil, ambos tomam diversas medidas que incluíram o nosso país na esfera da economia mundial, através da privatização das estatais de energia e de telecomunicações, entre outras, a preços baixos.

Na esteira desse processo privatizante, a educação e a saúde transformaram-se em mercadorias, cujos serviços públicos se tornaram cada vez mais sucateados, como se constata nas políticas desenvolvidas a partir da agenda realizada na década de 1990.

As conferências e os eventos internacionais relacionadas à educação tiveram como pano de fundo os interesses econômicos neoliberais a começar pelos órgãos multilaterais: Banco Mundial; PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento; UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura e o UNICEF – Fundo das Nações Unidas pela Infância, os quais organizam, financiam e monitoram essa agenda.

É um desafio discorrer sobre a Política de Educação para Todos apresentando uma perspectiva de análise crítica com base nos teóricos marxistas ao denunciarem as contradições do sistema capitalista, uma vez que o fruto desses eventos serviu como base norteadora da educação nos países periféricos.

Mas, antes de adentrar numa análise sintética dos principais documentos elaborados nas conferências e fóruns, é importante dizer que os países que aderiram à ótica neoliberal, inclusive o Brasil, não cumpriram a tarefa de casa.

A Conferência Mundial de Educação para Todos, ocorrida em 1990, na cidade de Jontiem, na Tailândia, teve como resultado a Declaração de Educação para Todos e o esquema de ação para Satisfazer as Necessidades Básicas de Aprendizagens-NEBAS, com o objetivo de desenvolver a leitura, a escrita, o cálculo, a expressão oral e a solução de problemas. Para tanto, os conhecimentos básicos de aprendizagem limitam-se ao desenvolvimento de habilidades, valores e atitudes. Dentre as metas estabelecidas na Conferência Mundial de Educação Para Todos, constam:

[...] o acesso universal à educação primária e conclusão da mesma até o ano 2000; a melhoria da aprendizagem; a redução do analfabetismo adulto à metade do nível de 1990; a construção, por indivíduos e famílias, de conhecimentos, capacidades e valores necessários para viverem melhor e um desenvolvimento racional e sustentável. (MENDES SEGUNDO, 2007, p. 140.)

Na realidade, as resoluções da Conferência Mundial de Educação para Todos, de Jontien, seguidas pela de Nova Delhi, têm previsto uma reforma na política educacional vislumbrando um ajustamento às demandas do mercado com metas insuficientes para reduzir as desigualdades e priorizar a educação.

O Fórum Mundial de Educação de Dakar, Senegal, realizado em 2010, por sua vez, produziu o Marco de Ação de Dakar, o qual traz a importância de realizar parcerias em cada país, apoiadas pela cooperação das instituições regionais e internacionais.

Dentre as metas estabelecidas no Fórum Mundial De Educação Para Todos de Dakar, para um período de 15 anos, constam: ampliar e aperfeiçoar os cuidados e a educação oferecidos à primeira infância, principalmente para as crianças mais vulneráveis e carentes; assegurar que até 2015, todas as crianças, principalmente as meninas, em situação difícil e as que pertencem às minorias étnicas ao acesso e permanência à educação primária obrigatória e de boa qualidade – (Quadro 2 – Metas contempladas no Fórum Mundial de Educação para Todos em Dakar - MENDES SEGUNDO, 2007 p. 141).

O Fórum de Dakar, ainda, avaliou os resultados da Conferência de Jomteim, passados os dez anos, conforme, (MENDES SEGUNDO, 2007 p. 143):

[...] na avaliação de Dakar, os resultados dos dez anos de Jomtiem foram considerados decepcionantes para a maioria dos países, pois apenas um pequeno número conseguiu uma redução nas taxas de analfabetismo adulto. Um outro tanto atestou alguma redução quanto à desigualdade no atendimento de meninas, minorias étnicas e portadores de necessidades especiais.

Em análise das declarações de Cochabamba, Tirija e Brasília, constata-se que o elemento em comum entre elas é a responsabilização dos professores no cumprimento das metas. Vale lembrar também que o objetivo da última Declaração foi alertar a comunidade mundial, sobretudo, os representantes dos países que não alcançarão a meta da equidade de gênero antes de 2005 e comunicar o risco de não cumprimento da meta da educação primária universal até 2015.

Uma análise crítica sobre a Política de Educação Para Todos nos remete a uma denúncia de conjunto da postura do Estado em se falar de Educação para Todos e, na realidade, implementar medidas paliativas e compensatórias, haja vista que a prioridade é a política econômica.

Essa perspectiva de tratar a educação como mercadoria ampliou-se no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o qual criou medidas envolvendo políticas educacionais para privilegiar instituições da iniciativa privada do ensino superior, como o Programa Universidade para Todos – PROUNI – Lei Nº 11.096/2005 e o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior – FIES – Lei Nº 10.260/ 2001, e para as universidades públicas estabeleceu o Programa de Expansão e Reestruturação Universitária – REUNI, criado via Decreto Nº 6.096/2007. Com estas medidas, a educação superior se submete mais ainda ao crivo mercadológico da relação custo-benefício, pois visa à ampliação de vagas sem o aumento proporcional do investimento, por meio de ações que precarizam o ensino e o trabalho docente, como, educação a distância, aumento da relação aluno-professor – RAP, exigência de taxas inexequíveis de conclusão, dentre outras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este exercício nos possibilitou tomar conhecimento do processo histórico que envolve a educação na sua relação com o Estado capitalista e aprofundar um pouco mais as questões pertinentes aos problemas e às dificuldades que marcam a educação na sua trajetória.

Observa-se que houve muitas mudanças no percurso da educação desde o advento da sociedade moderna, com a instauração do capitalismo e do Estado liberal até os dias atuais sob os desígnios das orientações neoliberais dos organismos internacionais, conforme traçamos ao longo do texto.

O que chama a atenção é o fato de que as medidas de política educacional implementadas nas suas diferentes matizes (liberal, intervencionista, neoliberal), no Brasil, não foram suficientes, em sua maioria, para solucionar os problemas mais estruturais relativos ao déficit educacional, como analfabetismo absoluto, analfabetismo funcional, universalização da educação básica, valorização dos profissionais da educação, a construção do sistema nacional de educação dentre outras questões.

Por fim, vale salientar que, no Brasil, inexistem um sistema nacional de educação consolidado, pois dispõe-se somente de sistemas de ensino municipais, estaduais e federal com ações desarticuladas, funcionando com base no regime de colaboração, o que dificulta, sobremaneira, atingir os objetivos proclamados nos discursos governamentais e definidos nos planos de educação, nas resoluções de conferências e eventos.

Há uma distância muito grande entre o real e o proclamado, entre o previsto e o realizado. Portanto, permanece atual a tarefa da construção do sistema nacional de educação e do investimento de 10% do Produto Interno Bruto – PIB na educação pública como medidas imediatas. No entanto, compreendemos que a garantia de uma educação pública, gratuita, laica, universal para todos só será possível aliada à luta pela transformação social, com vistas à superação do capital.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARCE, Alessandra. **Compre o kit neoliberal para a educação infantil e ganhe grátis os dez passos para se tornar um professor reflexivo**. In. Educação e Sociedade, ano XII, Nº 74, abril de 2001. Disponível em: [HTTP://www.scielo.br/pdf/ES/vzz74/a14v2274.pdf](http://www.scielo.br/pdf/ES/vzz74/a14v2274.pdf).

HORTA, José Silvério Baia. **Planejamento Educacional**. In. SAVIANI, Dermeval Filosofia da educação brasileira. 2ª ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira: 1985.

LENIN, Vladimir Ilitch. **O Estado e a revolução. A revolução proletária e o renegado Kaustky**. Trad. Por Henrique Canary. São Paulo: Editora Instituto José Luís e Rosa Sundemann, 2005.

MENDES SEGUNDO, Maria das Dores. **Educação para Todos: A Política dos Organismos Internacionais**. In. JIMENEZ, Susana; SOARES, Rômulo; CARMO, Maurilene do; PORFÍRIO, Cristiane (Organizadores). Contra o pragmatismo e a favor da filosofia da práxis: uma coletânea de estudos classistas. Fortaleza: EdUece, 2007.

SAVIANI, Dermeval. **Da nova LDB ao novo Plano Nacional de Educação: por uma outra política educacional**. Campinas, SP: Autores Associados, 1998.

VIEIRA, Sofia Lerche; ALBUQUERQUE, Maria Gláucia Menezes. **Política e Planejamento educacional**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2001.